

DA MÁQUINA PANÓPTICA AO TEATRO HETEROTÓPICO.

A arquitectura, o urbanismo e a convivencialidade

por

Paulo Castro Seixas*

Resumo: Ver ou ser visto e sentir e ser sentido são a dupla cisão de um programa arquitectónico, resultado da substituição da máquina panóptica baseada no trabalho por um teatro heterotópico que articula trabalho e consumo. Habitar, trabalhar e consumir tornam-se, assim, indissociáveis de imaginar-se, realizar-se e divertir-se e é este o programa arquitectónico dos Condomínios, das Multinacionais e dos Shoppings.

Palavras-chave: Antropologia urbana; arquitectura; convivencialidade.

1. INTRODUÇÃO

As obras dos arquitectos serão projecção de um olhar? Porque não também de um tocar, de um escutar, de um cheirar, de um saborear... Existe de facto a dominância do olhar? E de que olhar se trata: Será um primeiro olhar ou será antes um segundo olhar, um olhar de reacção a outro olhar? Por outras palavras, será um olhar livre ou um olhar condicionado? E será um olhar próximo ou distanciado? Se fosse próximo não teríamos que ter em conta os demais sentidos? E se é distanciado, será pensado ou imaginado?

O que me proponho pôr em discussão neste texto é a possibilidade da Arquitectura urbana moderna se ter centrado no padrão do olhar-pensado-e-distanciado e ao qual se está a sobrepor, desde meados do séc. XX, um padrão dominante do sentir-e-imaginar-próximo que, ainda assim, não exclui o anterior. Ou, de outra forma, que a arquitectura passou de uma cisão entre o ver e o ser visto para uma cisão entre o arquitectonicamente pensado e a experiência arquitectónica sensível e imaginável.

* Universidade Fernando Pessoa, Praça 9 de Abril, 4200-349 Porto.
E-mail: pcseixas@hotmail.com

Digo Arquitectura urbana e, portanto, começaria por especificar o que quero dizer quando falo de cidade para, num segundo momento, procurar caracterizar a passagem de uma máquina panóptica para um teatro heterotópico como padrão arquitectónico-urbanístico. Finalmente, tentarei abordar o destino das cidades e que agenda política adoptar para as realizarmos enquanto *civitas*.

2. O QUE É UMA CIDADE? DIFERENÇA E CONVIVENCIALIDADE OU O ESTRANGEIRO PRÓXIMO

O que é a cidade senão o lugar do Estrangeiro, como disse Simmel no seu ensaio “Digressão sobre o estrangeiro” (Simmel, 1977: 716-740)? O que é senão o lugar, ao mesmo tempo temporário e sem tempo definido, dos que vêm de fora? E se assim é, a cidade faz-se, logo à partida, em paradoxo porque o estrangeiro se define exactamente pela não pertença ao lugar onde é definido como estrangeiro... Assim, se a cidade é o lugar dos Estrangeiros, ela não é senão um imenso não-lugar (sem história, sem identidade, sem relação) como diz Augé (1994). Ou, podemos também dizer, se a cidade é o lugar do estrangeiro, a essência da cidade é a distância do estrangeiramento¹ ou, como diz Virilio (2000: 45) “a questão do próximo e do longínquo é a questão da cidade”. Fazer cidade é, então, trabalhar sobre essa distância primeira, a distância de uma nostalgia e/ou de uma saudade do futuro. É esta distância que provavelmente sustenta a ambivalência do desejo-ódio que a cidade inclui, da contínua sensação de perda e do contínuo procurar-se. O estrangeiro, a distância, a perda e a procura: é dessa amálgama que se fez o progresso da cidade moderna.

O tempo que separa a origem do estrangeiro do seu ser-aí urbano verte-se no espaço, ao mesmo tempo de liberdade e de reserva, das relações urbanas; tal como se verte no tempo de um progresso, que se quer presente, tanto como domínio sobre o outro como de comunhão com esse mesmo outro. É este espaço atomista de liberdade e reserva e este tempo do progresso como domínio e comunhão que condicionou o olhar moderno dos arquitectos, os quais tiveram como missão gerir arquitecturalmente as distâncias entre a liberdade e a reserva; o domínio e a comunhão². O olhar do arquitecto devia responder ao desafio do

¹ Como Simmel afirma “a distância, numa relação, significa que o próximo está distante, mas ser estrangeiro significa que o distante está próximo.”. Assim, e parafraseando Simmel, um Sírio não é um estrangeiro em sentido específico, dado que está para além da distância e da proximidade, ou seja não existe. Assim, “o estrangeiro é um elemento do próprio grupo, como os pobres e as diversas classes de «inimigos interiores». São elementos que, se por um lado são imanentes e têm uma posição de membros, por outro lado estão como que fora e à nossa frente.” (Simmel, 1977: 716-717)

² A hipótese que aqui se coloca é a de que a arquitectura e o urbanismo modernos (com particular relevância a partir do século XVIII) se apresentaram como soluções para os paradoxos ecológicos,

número crescente, da densidade crescente e da heterogeneidade crescente³, possibilitando a Diferença na Convivencialidade ou a possibilidade do estrangeiro próximo como elemento-chave da cidade⁴.

Nas páginas seguintes coloca-se assim a hipótese da arquitectura e do urbanismo serem um segundo olhar que responde ao desafio que é colocado quando o entrecruzar de olhares entre determinados actores sociais atinge um limiar de distância crítica que põe em causa o nosso frágil equilíbrio entre agregação e agressão. Este desafio é o da continuidade da possibilidade da própria cidade na sua relação de Convivência e Diferença.

Ensaçando esta hipótese para algumas transformações nos dois últimos séculos, propõe-se que a diferenciação urbanística, a arquitectura panóptica e a montra ao longo do século XIX foram respostas arquitectónicas para um entrecruzar de olhares no limiar crítico da distância entre burguês e operário mas que pode ser melhor compreendido em função do entre-olhar do burguês e da prostituta. Enquanto a distância urbanística e a montra transformavam a burguesia numa classe espectadora/consumidora de cidade; a máquina panóptica aprisionava a vida dos operários no trabalho. Num segundo momento, surge mesmo uma estrato social tampão para restabelecer as distâncias sociais de convivencialidade. Esta classe tampão, a classe média do século XX, vai exponenciar na sua vivência as lógicas paradoxais de duplo vínculo de uma e de outra das classes do capitalismo liberal: por um lado, o seu lugar de trabalho, e mesmo o lugar de habitar, é em parte panóptico como o eram os lugares de trabalho e de vida do operariado; por outro lado a fuga física e mental que, respectivamente, a diferenciação urbanística e a

sociais e psicológicos caracterizados por diversos autores. A metrópole torna visível o dilema entre o nível biótico ou comunal e o nível racional ou cultural da vida em comum (sistematizando desta maneira a ecologia humana dos anos 20 com Chicago o dilema já racionalizado na segunda metade do século XIX pelos Higienistas europeus); torna visível um dilema social, descrito de inúmeras formas (classista por Marx e Engels; interpretativo por Tonnies; socio-normativo por Durkheim; sociológico por Wirth; antropológico por Robert Redfield, etc.); torna visível, finalmente, o dilema psicológico entre as forças profundas emocionais e as forças superficiais racionalizantes, criando a personalidade “Blasé” (Simmel).

³ Utilizamos aqui a definição de cidade proposta por Louis Wirth no seu célebre artigo “O urbanismo como modo de vida”. De facto, não quer dizer que eu considere que a resposta dos arquitectos e urbanistas se faz em função apenas daqueles estímulos. A arquitectura e o urbanismo como elemento-chave na regulação da Diferença é muito mais complexo e não cabe no presente artigo pelo que optei por esta fórmula simplista.

⁴ Esta é, de facto a utopia urbana sempre a reflectir e a realizar. Digo utopia porque o “urbanismo antropológico” que caracteriza uma convivencialidade não-violenta da Diferença (cf Fernández Martorell, 1997 e Seixas, 1999: 59-65) é o trabalho sempre inacabado e incompleto da *polis* na *civitas*. O momento histórico em que nos encontramos, de transição de um paradigma socio-espacial da urbanização para um paradigma socio-espacial da metropolização e de um padrão político de expiação da Diferença para um padrão político de resgate da Diferença, torna a reflexão clássica sobre os limites antropológicos de uma *polis civica* extremamente actuais.

montra consubstanciavam para a burguesia vão agora poder ser levadas ao extremo pelo automobilização e pela ecrãização da vida quotidiana. Esta situação entre-dois da classe média tende a ser um problema à procura de solução, quer pela consciência que vai produzindo na própria classe média, quer porque a tendência compensatória-ilusória da fuga da cidade evasora e castelizadora é um padrão capaz de destruir a cidade ou de reproduzir cidades duais. Assim, o desafio à arquitectura e urbanismo era produzir locais urbanos que conjugassem o paradoxo entre identidade pelo trabalho com a identidade pelo consumo e em que habitar, trabalhar e consumir fossem indissociáveis de imaginar-se, realizar-se e divertir-se: é este o programa das heterotopias dos Condomínios, das Multinacionais e dos Shoppings. A heterotopia ilusório-compensatória do consumo sobre-põe-se, sem substituir completamente, a máquina coerciva panóptica do trabalho.

3. DA MÁQUINA PANÓPTICA AO TEATRO HETEROTÓPICO

O olhar do arquitecto é uma boa metáfora para as distâncias urbanas no século XVIII e XIX: a transição do homem-actor do século XVIII para o homem-espectador do século XIX institui a gastronomia dos olhos, como diz Sennett (1995), a qual define os passeios públicos da aristocracia e da burguesia, quer como lugar de domínio sobre o povo, quer como de comunhão entre pares. No entanto, uma ambivalência de nojo e de desejo, enfim de possibilidades, caracteriza, entretanto, o entre-olhar do burguês dandy, o flâneur, e da prostituta que Baudelaire evoca na poesia e experiencia na vida, as quais Walter Benjamin analisa, e que vai além do olhar – ou da sua ausência – entre o burguês e o proletário que Engels (1975), mais do que Marx, nos refere. Este olhar frente-a-frente do burguês e da prostituta revela uma crise da distância que põe em causa a própria existência da cidade pelo que é um desafio aos arquitectos e urbanistas. E é, exactamente, por um lado a um nível urbanístico, e, por outro lado, a nível arquitectónico que a crise se procura resolver.

A) Por um lado, ao nível urbanístico, é a própria cidade que se expande, possibilitando assim, em função de uma maior área, as distâncias necessárias, evidenciadas, na maior parte das cidades europeias, em função da distinção quer entre cidade antiga ou cidade baixa e cidade nova ou cidade alta, quer entre cidade oriental e cidade ocidental. Esta divisão é urbanística no sentido mais amplo, quer dizer, é espaço-socio-ideológica pois as críticas higienista e socialista sustentaram a reestruturação urbana, disciplinando-a como um todo segundo uma perspectiva panóptica⁵ global.

⁵ O panoptismo, tal como o caracteriza Foucault é exactamente um modelo de “Disciplina-Mecanismo” ou “Disciplina Generalizada” e não um modelo de “Disciplina-Blocus” ou “Disciplina de

No caso do Porto foram os Almadás, pelos vistos seguindo o olhar do consul do Reino Unido e arquitecto amador John Whitehead, que planearam a expansão radiocêntrica, possibilitando a deslocação burguesa para essa cidade nova e alta ao longo do séc. XIX, deixando a cidade baixa e antiga para os estratos mais desfavorecidos. (cf Ferrão, 1989: 171-181)

B) por outro lado, ao nível arquitectónico, pode-se talvez dizer que é a invenção da montra (Sennett, 1995: 179-189, e especialmente 183-84) e da arquitectura panóptica (Foucault, 1975: 197-229) que fazem a Diferença. O burguês vê compensado o seu desejo nas arcadas e nas montras, as quais materializam em objectos visíveis e consumíveis a imaginação lúbrica, disciplinando esse olhar de desejo, de liberdade e de domínio. Quanto à prostituta e a todos aqueles que com ela partilham o olhar distanciado da burguesia, acabam sendo objecto desse olhar que vê sem ser visto, quer pela inquirição íntima do médico e do polícia sanitário, quer pelo panoptismo de Bentham que institucionalizou as pessoas (in)visíveis, enfim disciplinou esse olhar de nojo, reserva e domínio.

No Porto, no último terço do século XIX as montras burguesas na Praça de D. Pedro são de tal forma importantes que ganham denominações como “Aquário dos Imbecis”, “Pasmatório dos Loios” ou “Real Clube dos Encostados” (Fernandes, 1997: 52). Por outro lado, e na mesma época, a Escola Médica do Porto, e principalmente Ricardo Jorge, vai disciplinar o olhar arquitectónico em função de princípios higienistas que, em particular, tomaram as ilhas como bode expiatório urbano criando uma distância social eficaz até aos dias de hoje. (Cf Seixas, 1999: 337-398)

Este olhar urbanístico e arquitectónico e a sua aplicação terá impossibilitado que uma crise das distâncias resultasse numa sensação de indistinção espacial generalizada, o que agudizaria a consciência da Diferença social, podendo redundar em aberto conflito. Assim, o olhar frontal entre o burguês e a prostituta activou o olhar arquitectónico enquanto mecanismo cultural de evitamento da violência⁶ levando a uma disciplina do espaço pela produção extensiva (no espa-

Excepção” aplicável unicamente a certas e determinadas instituições. Trata-se, assim, de um modelo disciplinar aplicado a toda a sociedade e visível, de uma forma muito nítida na reestruturação urbana oitocentista. O objectivo principal era o de poder controlar as relações entre as pessoas de forma a impossibilitar as misturas perigosas e os seus princípios ordenadores eram a **hierarquia** (inscrição de um sistema binário de forma hegemónica por processos de exclusão inclusiva); a **vigilância** (o poder deve ser visível e inverificável – cisão entre olhar e ser visto possibilitando o ver-sem-ser-visto e o ser-visto-sem-ver – dando assim a ideia de uma vigilância permanente) e a **escrita** (do inquérito de excepção ao inquérito higiénico contínuo e ao processo judicial permanente, antecessores dos Censos, Inquéritos Sociológicos, Relatórios de Actividades profissionais, etc.)

⁶ Os estudos etológicos têm referido que o ser humano, ao contrário dos demais animais, não possui mecanismos inatos inibidores da agressão. Ora tal abertura antropológica coloca a questão da

ço) e intensiva (discursiva e textual) da Diferença⁷.

A segunda revolução industrial, pela invenção do motor de explosão no final do século XIX, possibilitou mecanismos tecnológicos de exponenciação das diferenças socioespaciais necessárias a uma convivência num espaço urbano de um maior número de habitantes, em maior densidade e com uma maior heterogeneidade.

Poder-se-ia pensar que a auto-mobilização ferroviária ou rodoviária em velocidade iria reduzir o estrangeiramento que era a essência da cidade ao possibilitar uma relação de proximidade entre os lugares das origens pessoais ou/e familiares e a cidade de residência. Mas ao mesmo tempo que tal foi possível para alguns urbanitas, outros usaram a velocidade para levar mais longe o seu estrangeiramento, um segundo nível de estrangeiramento em que uma multiplicação dos vínculos espaciais e sociais sustenta uma diluição identitária ou, se se quiser, uma identidade múltiplíce, de certo modo já evidenciada por Simmel (1979, c1902) e que se pode denominar cosmopolitismo. Ao contrário, ao operariado restaria o confinamento ao localismo do centro da cidade – no caso do urbanismo anglosaxónico – ou ao confinamento suburbano – mais no caso do urbanismo continental – e trajectórias casa-trabalho-casa.

No caso do Porto, talvez não seja menosprezável fazer uma análise da relação entre a implantação do automóvel como elemento burguês e a deslocação dos estratos menos favorecidos para os Bairros Sociais.

Como Paul Virilio (2000) refere, as tecnologias de transporte estão associadas às tecnologias das comunicações e das telecomunicações como o cinema e a televisão. E de facto tais tecnologias possibilitaram trajectos diferenciados, mantendo as distâncias e, por isso, a cidade enquanto possibilidade. Enquanto a burguesia se fazia transportar para longe, o operariado deixava-se transportar sem sair do lugar. Assim, o que a burguesia vivia, o operariado imaginava.

a) A burguesia ia mais longe para ver de perto o distante, vendo à distância aqueles que tinha por perto na cidade. Assim se compreende o turismo e, talvez mesmo, a própria Antropologia.

possibilidade de mecanismos culturais de evitamento da violência, eles próprios continentes da “identificação cognitivo-emocional com os congéneres [que] é, em Homo, o único antídoto real para a violência” (Soczka, 1994: 122-138 e, especificamente, 131). É assim que julgamos a arquitectura e a ideologia como mecanismos culturais de evitamento da violência, respectivamente a montante e a jusante, a explorar pela Antropologia.

⁷ A noção de uma produção extensiva (arquitectónico-urbanística) e intensiva (ideológico-discursiva-imagética) da Diferença, utilizada por mim na investigação de doutoramento, é, exactamente, a aplicação desta ideia da existência de mecanismos culturais de evitamento-regulação da violência, no caso concreto da cidade do Porto (Seixas, 1999).

- b) Por outro lado, aos operários era agora possibilitada também uma montra, a do cinema, que, qual simulacro da montra comercial burguesa do século XIX, ficava aquém e além desta ao mesmo tempo já que a não materialização do desejo em qualquer objecto era compensada pela imaginação de se tornar outro noutro qualquer lugar.

Por outro lado, ao longo do século XX, a intervenção do Estado, pelo sector público da economia, pela escola de massas e pela complexificação da própria tecnocracia estatal, possibilitou a emergência de um estrato social tampão, baseado no modelo dos Profissionais Liberais e que possibilitou uma classe média legitimada pelo capital simbólico a montante e pela divisão corporativa do trabalho a jusante. A principal função deste estrato foi e é a de estar entre-dois e, por essa via, manter as distâncias entre a burguesia industrial ou/e financeira e o operariado fabril ou/e dos serviços. A criação desse estrato intermédio faz com que passemos de um modelo liberal a um modelo organizacional de sociedade que activa uma série de paradoxos sustentados pelo próprio paradoxo de desejo-medo da relação entre burguês e prostituta:

1. Por um lado, a extensão de derivações do modelo panóptico a todas as organizações, pela “burocracia”, abrange no medo do panoptismo disciplinar um estrato social *burguês* que, no entanto, espera ser tratado como conjunto de sujeitos e já não como mero conjunto de objectos como acontecia no panoptismo prisional, hospitalar e fabril existente até então.
2. Por outro lado, a extensão da montra a todas as organizações, pelo complexo mediático-publicitário, abrange no desejo do consumismo da montra e dos objectos dos seus desejos a burguesia que, no entanto, espera poder gerir a relação entre objecto de desejo e espectador de objectos de desejo.

A situação desta classe média implica, assim, um estatuto e uma função social de “duplo vínculo” (caracterizado por Bateson e Watslawick) entre o capitalista/turista e o operário/desempregado. Mesmo que a classe média não tome consciência de tal situação e da sua razão sócio-cultural (o que provavelmente só acontecerá com um determinado sub-estrato dessa classe ao qual chamo burguesia profissional), a tensão provocada por tal situação implica rituais de descompressão criados por e para essa classe social ao longo do século XX (fins-de-semana/férias/Natal/Aniversários...) e que se sustentam, basicamente, numa reacção umas vezes de fuga física e outras vezes de ficção mental que o automóvel e o ecrã possibilitaram.

Podemos assim perspectivar a cidade da segunda metade do século XX e do início do século XXI como um conjunto de equipamentos compensatórios deste

conflito social interiorizado psicologicamente pela chamada classe média. Uma cidade dominada pelo automóvel e pelo ecrã, confundindo-se cada vez mais um e outro:

- a) pela contínua miniaturização e portabilização do ecrã tornando-se biomobilizável;
- b) pela ecrãização contínua do automóvel pelo telemóvel, pelo computador de bordo, pela superfície envidraçada; e
- c) pela pandemia publicitária da paisagem urbana, constituindo-se cada vez mais a cidade como uma tele-cidade.

A “experiência mediada” (Giddens, 1994) pelo automóvel, telefone e pelo ecrã à qual a classe média se converteu alegremente explica-se em função da necessidade de manutenção das distâncias sociais em situação de “palco” e de controlo da acção social (trabalho) e como necessidade de compensação desse enclausuramento/encarceramento social, aquando nos “bastidores”⁸ (Lazer) em descontração no cinema, ao telemóvel ou em frente à televisão, ao vídeo ou ao DVD.

Se a experiência mediada se torna fulcral para a manutenção quotidiana das distâncias sociais entre-dois por parte desta classe média, põe-se a questão da cidade enquanto tal, ou seja enquanto lugar de história conjunta em relação construindo uma identidade. Por um lado, se considerarmos que tal classe média é o destino das sociedades capitalistas avançadas, põe-se a hipótese do fim do homem público e da cidade se tornar um deserto social, um não-lugar, mera extensão em que se cruzam cápsulas de privatismo. Enfim o problema do estrangeiro e da distância atingiria o extremo de tudo se tornar distância, fazendo com que a reserva mental mas em comunhão abrisse caminho à liberdade de domínio sobre o outro. Por outro lado, se considerarmos que as sociedades capitalistas avançadas tendem a criar um fosso social forte que se traduz numa nova fragmentação urbana, põe-se a hipótese da classe média se alienar da cidade numa evasão-castelização auto-mobilizada e mediático-publicitária, deixando a cidade apenas para os pobres, muitas vezes imigrantes cuja identidade se estabelece pelo trabalho. Tal dicotomia, a não ser acautelada, pode activar imaginários de revolta como os que Mike Davis refere, ou mesmo concretizações desses cenários.

Mais uma vez coloca-se então o desafio à arquitectura no sentido de criar um modelo arquitectónico-social que permitisse a manutenção das distâncias sociais pela experiência mediada e que socializasse para a experiência mediada enquanto interacção controlada e não livre de forma a evitar a violência e, mais

⁸ Utiliza-se aqui as noções de Erving Goffman (1983).

importante que tudo, que salvasse a cidade enquanto lugar público, ainda que pelo resgate miniaturizado da mesma.

Ora tal como o estrato social criado ao longo do século XX é um estrato de duplo vínculo, também esse novo modelo urbanístico-arquitectural implicaria um duplo vínculo em que a um panoptismo adequado a uma identidade construída pelo trabalho e associada à coacção e coerção para o trabalho e em relação ao que recusa o trabalho, se sobrepõe um heterotopismo, associado a uma identidade construída pelo consumo e aos controlos sociais que têm como base tal consumo. Assim, a extensão da arquitectura e urbanismo de tipo panóptico a uma camada burguesa implicou uma complexificação dessa arquitectura, dando origem a uma lógica dupla em que o ver *ou* ser visto se vai complementar com um sentir *e* ser sentido que obscurece a função coactiva e, por vezes mesmo coerciva da primeira lógica. É esta nova fórmula que se aplica na cidade contemporânea nos modelos arquitecturais que enformam as principais funções sociais: habitar, trabalhar e consumir.

Assim, o novo locus de trabalho pelo modelo da multinacional, o novo locus habitacional pelo modelo dos novos condomínios e o novo locus de lazer, pelo modelo do centro comercial, constituem-se, cada vez mais, como teatros da cisão entre o arquitectonicamente pensado e a experiência imaginável pelo visitante/habitante/trabalhador numa arquitectura aberta, inacabada e processual em que o padrão do sentir-e-imaginar-próximo se sobrepõe/substitui a máquina iluminista que cindia o ver do ser visto numa arquitectura fechada, perfeitamente estruturada e acabada dominada por um padrão do olhar-pensado-e-distanciado⁹. São estas estruturas, que podemos chamar heterotópicas¹⁰ (Foucault, 1986), que possibili-

⁹ Este padrão do teatro heterotópico baseado no sentir-e-imaginar-próximo tem evidentes influências de escritos de autores como Baudrillard e Debord.

¹⁰ Num importante artigo "Of Other Spaces", na sua tradução inglesa Foucault faz um rápido périplo histórico pelas noções de espaço, desde um espaço fechado e hierárquico rígido, enfim de "colocação" a um espaço entendido como "extensão", porque aberto ao infinito, até um espaço mais actual entendido como "localização" e, finalmente, como "relações entre localizações" ou "séries, árvores ou grelhas". Ora, entre os vários lugares há "alguns que têm a curiosa propriedade de estar em relação com todos os outros lugares, mas de maneira a suspeitar, neutralizar ou inverter o conjunto de relações que eles designam, espelham ou reflectem. Estes espaços, os quais estão ligados com todos os outros ao mesmo tempo que contradizem todos os outros lugares, são de dois tipos essenciais". E Foucault continua descrevendo as Utopias como os primeiros desses lugares (lugares sem localização real) e as heterotopias ("lugares reais (...) os quais são como que contra-lugares, uma espécie de utopia efectivamente actuante na qual os lugares reais, todos os outros lugares reais que podem ser encontrados numa cultura, estão simultaneamente representados, contestados e invertidos. Os lugares deste tipo encontram-se fora de todos os lugares, mesmo que possa ser possível indicar a sua localização na realidade. Devido ao facto destes lugares serem absolutamente diferentes de todos os lugares que eles reflectem e dos quais falam, eu chamar-lhes-ei, por contraste às utopias, heterotopias.". Ao longo do resto do artigo, Foucault caracteriza as heterotopias através de seis princípios: 1º Universalidade: todas as culturas produzem heterotopias; 2º Diversidade: diferentes sociedades em diferentes tempos concedem funções diferentes às

tam, ao mesmo tempo, a manutenção das distâncias, a manutenção do espaço público urbano (ainda que sob gestão privada) e a socialização para essa contínua experiência mediada não só entre cada um e os demais mas, o que é fulcral, entre cada um e si mesmo. Apesar destes modelos arquitectónicos funcionarem de formas idênticas e cada inovação num dos modelos ser constantemente apropriada pelos outros, não deixa de haver algumas especificidades.

a) Assim, o centro comercial é a evolução compensatória da montra burguesa oitocentista. Acontece agora que se estimula a quem se revê no espelhamento das paredes *bunker* do centro comercial a entrar para além da (in)visível montra e a fazer parte da própria montra num jogo dos possíveis, teatral e imaginário, em que pessoas e objectos se tornam comutativos nesse mesmo jogo. O hipermercado-centro comercial constitui o primeiro grau arquitectónico urbano da socialização para a manutenção das distâncias pela contínua pendularidade entre visão directa, visão mediada pelos espelhos, montras e objectos e visão imaginada. As cadeias comerciais tematizadas (como o McDonalds, o Hard Rock Café, o restaurante Planet Hollywood), as zonas patrimonializadas e os parques temáticos e as cidades temáticas são os diversos patamares da exponenciação desse jogo teatral de distâncias.

Na área metropolitana do Porto surgiu o primeiro hipermercado do país, o Continente de Matosinhos em 1985. A sua gradual ampliação de forma a tornar-se tão só apêndice de um Centro Comercial temático (o NorteShopping) é bem ilustrativo do paradigma vivencial e arquitectónico de que as necessidades básicas se constituem nas traseiras do lazer.

Por outro lado a patrimonialização do centro histórico segundo os limites da muralha fernandina pode também ser compreendida como a possibilidade de compreender as diferenças sociais actuais ficcionando o miserabilismo em função de uma rusticidade localista, histórica e temática de carácter lúdico e turístico.

b) O novo condomínio parece jogar, por seu lado, mais deliberadamente com o sistema de ecrânização. A televisão ao ter domesticado o cinema tornando-o a quinta parede de qualquer habitação tornou também possível que o ecrã

suas heterotopias; 3º Negação do Princípio da Identidade ou da Não-Contradição dos lugares: as heterotopias justapõem num único local diversas localizações incompatíveis entre si; 4º Heterocronia: as heterotopias ligam-se a fatias de tempo específicas também vinculadas ao princípio anterior; 5º Sistema de abertura-fechamento: as heterotopias pressupõem um sistema de abertura-fechamento que ao mesmo tempo que as isola, as torna penetráveis, sem no entanto constituírem um espaço de acesso público. 6º Função de Ilusão e Compensação: as heterotopias realizam funções que se caracterizam num continuum entre Ilusão (representação de todos os lugares reais e imaginários) e a compensação (outro lugar real ordenado por oposição à desordem da nossa realidade). Os exemplos que Foucault dá, os quais não são menosprezáveis, são o do Bordel e da Colónia, e a aplicação deste continuum ao Centro Comercial, ao Condomínio e ao Local de Trabalho podem ser bastante heurísticos.

pudesse em si mesmo ser uma metáfora do lar. Assim do *outdoor* enquanto ecrã do automobilista, passando pelo *stand* de vendas enquanto televisor urbano portátil, até à maqueta ou mesmo à virtualização videográfica do empreendimento, o novo condomínio vai-nos fazendo crer que podemos ali viver o filme das nossas vidas. E as personagens que nos oferecem são *a la carte*: o turista em férias; o aristocrata na sua Quinta; o executivo cosmopolita no Hotel; o ecologista numa reserva natural; o desportista no seu *Health Club* ou em ambiente natural.

Em relação ao Porto, podemos referir vários casos. Os condomínios da linha marítima de Gaia e de Matosinhos têm tendência a oferecer-nos o personagem do turista e do desportista; os condomínios nos Concelhos mais interiores (Gondomar, Valongo, Maia) oferecem-nos antes o aristocrata na sua quinta ou o ecologista numa reserva natural; os condomínios na cidade ou na sua imediata periferia oferecem-nos por vezes o personagem do executivo cosmopolita. Não é, evidentemente, de menosprezar também, que alguns condomínios tentem todas as opções ao mesmo tempo. Um lugar para viver tornou-se um mero anexo do que agora se chama um “conceito de vida” ou “um estilo de vida”, enfim “qualidade de vida” (Cf. Seixas, 1999a: 487-561).

c) O local de trabalho é ainda o mais estritamente funcional dos três locus da triangulação regional urbana quotidiana. E, no entanto, o telemóvel, o automóvel e o correio electrónico são cada vez mais elementos fulcrais. O teletrabalho é assim já uma realidade de muitos de nós, mesmo quando o ser visto sem ver institucional semi-panóptico é ainda a regra. O tempo de trabalho e de lazer confundem-se e as instituições empregadoras procuram ofuscar também a diferença entre espaços de trabalho e espaços de lazer. A ficção útil e eficaz psicológica da realização pessoal e socio-antropológica da cultura de empresa fizeram com que o trabalho, a profissão, e até mesmo a carreira tenham que ser elementos de um “projecto de vida” que faz com que tenhamos a suficiente auto-motivação para as agruras do trabalho quais crisálidas na expectativa de se tornarem um dia, ainda que só por um dia, borboletas.

Talvez um exemplo paradigmático para o Porto seja o do império SONAE, ainda que tal concepção do trabalho se possa analisar já em muitas empresas e outras instituições pós-industriais.

Assim, a classe média e, especificamente, a burguesia profissional, enquanto estrato social entre-dois, transformado pela fusão entre transporte e telecomunicações num viajante enclausurado (Seixas, 2000), revê-se nestes três equipamentos urbanos e na cidade como um todo quando ela é planificada pelos arquitectos segundo os mesmos princípios. Estes equipamentos urbanos são dúplices pois a sua função primeira (consumir, habitar, trabalhar) tende a tornar-se anexa e resi-

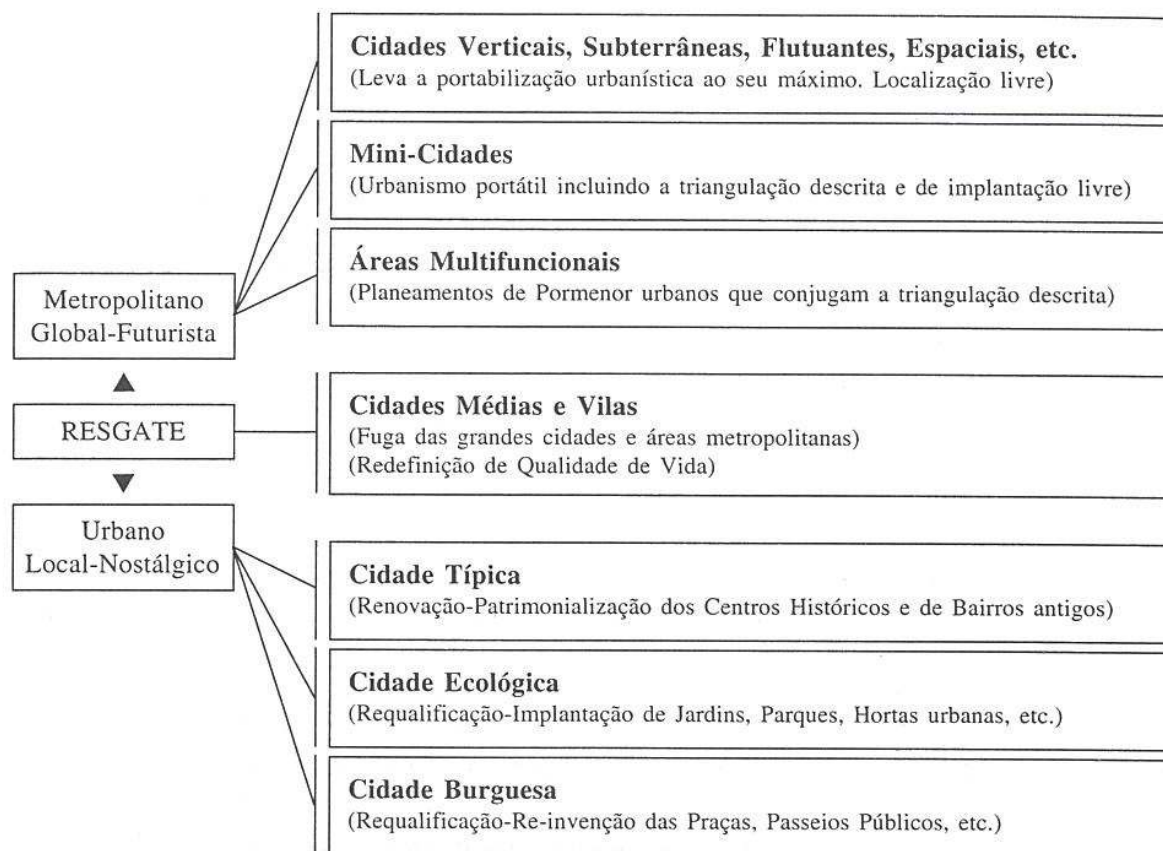
dual de uma função arquitectonicamente planeada ao pormenor (divertir-se; imaginar-se; realizar-se). Assim a ordem social e as distâncias sociais necessárias à mesma são conseguidas através de uma arquitectura em que tudo foi planeado ao pormenor e em que tudo está no seu lugar e tem uma função (heterotopia de compensação da parte do arquitecto), a de condicionar o seu utilizador à evocação da sua desordem pessoal, sentida e imaginada, de forma a criar a sua própria ilusão (heterotopia de ilusão). É desta forma que este novo olhar dos arquitectos possibilita a reestruturação quotidiana ritual do self na elaboração do seu lugar face aos demais estrangeiros com os quais habitamos a cidade.

4. PARA UMA AGENDA POLÍTICA CÍVICA

A hipótese apresentada propõe que interpretemos a triangulação heterotópica exposta (Novo Condomínio – Centro Comercial – Multinacional) como mecanismo cultural de evitamento da violência expresso num urbanismo compensatório do desaparecimento da cidade uni ou multicentrada e sua subsequente substituição por uma espécie de subúrbio sem referências que tudo devora (Alves Costa, 1998).

Se neste texto se tratou de caracterizar essa nova socio-espacialidade que se produz pelo resgate minimalista da cidade não podemos deixar de evidenciar que é também pelo resgate que se caracterizam muitas das actuais políticas urbanas. A Renovação dos centros urbanos; a Requalificação dos Bairros; a corrida à Patrimonialização; a Capitalização, ou a procura de um epíteto que caracterize a cidade como Capital de qualquer coisa; a Clubização, ou a inserção numa rede internacional que lhe possibilite uma mais-valia local; a Digitalização, pela construção de uma cidade paralela na Internet, etc.

Através destas diversas estratégias, o resgate minimalista é a política que serve quer para reencontrar a cidade perdida, quer para a construção de uma nova cidade inventada. Aliás, neste reencontro e invenção misturam-se o rural, o urbano e o metropolitano; o passado, o presente e o futuro; o nostálgico, o utópico e o heterotópico; a realidade geográfico-imobiliária e a ficção ideológico-publicitária; etc. Apesar da multiplicidade das suas conjugações, talvez se possa tipificar, em termos urbanísticos, os resgates-padrão que estão a ocorrer nas nossas grandes cidades e suas áreas metropolitanas. Neste sentido podemos distinguir um resgate urbano localista, dominado pela nostalgia da cidade central perdida; um resgate metropolitano, mais cosmopolita e dominado por uma ideologia futurista e, finalmente, um resgate total pelo fluxo de desurbanização e influenciado mesmo por uma ideologia contra-urbana. São essas alternativas que se procuram apresentar no quadro que se segue, tendo-se-lhe dado denominações de forma a facilitar a identificação para casos portugueses.



Esta política de resgate minimalista da cidade, a qual pode configurar uma conjunção dos diversos resgates-padrão acima caracterizados, não é necessariamente positiva ou negativa. De facto, se o resgate minimalista corresponde a uma produção arquitectónica e urbanística adequada às necessidades de uma burguesia profissional ou de profissionais, resta saber que cidade resta para os demais. É esta a pergunta fulcral de uma política cívica, ou seja aquela que procura uma cidade o mais inclusiva possível de forma a propiciar a Convivencialidade na Diferença, o estrangeiro próximo, enfim o urbanismo antropológico. Cada uma das figuras de resgate que se enunciou em cada contexto urbano específico tem um “impacte socio-cultural” particular, o qual deve ser estudado no sentido de ponderar os “riscos socio-culturais” (Seixas, 1999b) da sua aplicação, ou seja, basicamente qual o lugar actual e virtual de cada uma das populações envolvidas nesse processo. De todas as formas, a actual política urbana de resgate deverá pautar-se por uma análise dos custos/benefícios da diversidade socio-cultural, tendo sempre em conta que um estrangeiro que não é próximo tende a ser considerado como inumano e até mesmo inexistente.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES COSTA, ALEXANDRE (1998), "A Cidade, o Subúrbio e o Resto" in *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Vol. 38 (3-4).
- AUGÉ, MARC (1994), *Não-Lugares. Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade*, Venda Nova: Bertrand Ed.
- ENGELS, FRIEDRICH (1975, c1892), *A Situação da Classe Trabalhadora em Inglaterra*, Porto: Afrontamento.
- FERNANDES, JOSÉ ALBERTO RIO (1997), *Porto Cidade e Comércio*, Porto: Câmara Municipal do Porto.
- FERNÁNDEZ MARTORELL, MERCEDES (1997), *Antropología de la Convivencia. Manifiesto de Antropología Urbana*, Madrid: Catedra.
- FERRÃO, BERNARDO JOSÉ (1989, c1985), *Projecto e Transformação Urbana do Porto na Época dos Almadás 1758/1813. Uma Contribuição para o Estudo da Cidade Pombalina*, Porto: F.A.U.P.
- FOUCAULT, MICHEL (1975), *Surveiller et Punir. Naissance de la Prison*, Paris: Éditions Gallimard.
- (1986), "Of Other Spaces" in *Diacritics*, vol. 16 n° 1, Spring 1986.
- GIDDENS, ANTHONY (1994, c1991), *Modernidade e Identidade Social*, Oeiras: Celta ed.
- GOFFMAN, ERVING (1983, c1959), *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*, Petrópolis: Vozes
- SEIXAS, PAULO CASTRO (1999a), *Paradigmas Socioespaciais e Políticas da Diferença. Ilhas e Novos Condomínios: Uma Interpretação Dialógica da Cidade do Porto*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Filosofia, Universidade de Santiago de Compostela.
- (1999b), "Outros Mapas: Impactes Sócio-Culturais e Antropologia de Urgência" in *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Vol. 39 (3-4).
- (2000), "O Viaxante Enclaustrado. Esbozo da Nova Figura Metropolitana" in *Tempos Novos*, n° 35, Abril 2000, Santiago de Compostela.
- SENNETT, RICHARD (1995, c1974), *O Declínio do Homem Público*, São Paulo: Companhia das Letras.
- SIMMEL, GEORG (1979, c1902), "A Metrópole e a Vida Mental" in Otávio Guilherme Velho (Org.), *O Fenômeno Urbano*, Rio de Janeiro: Zahar Ed.
- (1977) "Digresión sobre el Extranjero" in Georg Simmel *Sociología: Estudios Sobre Las Formas de Socialización*, Madrid: Ed. Revista de Occidente.
- SOCZKA, LUIS (1994), *Ensaio de Etologia Social*, Lisboa: Fim de Século.
- VIRILIO, PAUL (2000), *Cibermundo: A Política do Pior*, Lisboa: Teorema.
- WIRTH, LOUIS (1979, c1938), "O Urbanismo Como Modo de Vida" in Otávio Guilherme Velho (Org.), *O Fenômeno Urbano*, Rio de Janeiro: Zahar Ed.